→★ continuação

EQUATORIAL ALAGOAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. | CNPJ/MF nº 12.272.084/0001-00

	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.726	297.444	303.170
Ingressos	35.198	–	35.198
Encargos	(323)	323	–
Transferências	(34.541)	–	(34.541)
Variação monetária e cambial	–	4.652	4.652
Custo de captação (a)	323	–	323
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.383	302.419	308.802

(a) Refere-se a movimentação do custo de transação/captação, quando positivo significa amortização e quando negativo adição.

16.2 Cronograma de amortização da dívida: As parcelas relativas às debêntures e os seus vencimentos estão programados conforme descrito a seguir:

Vencimento	2024 Valor	%
Circulante	6.217	2%
2027	200.000	64%
Até 2034	110.807	35%
Subtotal	310.807	99%
Custo de captação (Não circulante)	(3.262)	-1%
Total não circulante	307.545	98%
Total debêntures	313.762	100%

16.3 Características das debêntures:

Emissão	Característica	Série	Garantias	Valor da Emissão	Custo Nominal	Data da Emissão	Venc. Final	2024 Passivo circulante	Passivo não circulante	Saldo líquido do custo de captação
1ª	(1)/(3)/(4)	1ª	N/A	200.000	CDI + 1,635% a.a.	out/22	out/27	5.121	200.000	205.121
2ª (a) (b)	(1)/(3)/(4)/(5)	2ª	N/A	100.000	CDI + 0,74% a.a.	out/22	out/34	1.096	107.545	108.641
								6.217	307.545	313.762

(1) Emissão pública de debênture simples; (3) Não conversíveis em ações; (4) Espécie Quirografária; (5) Debêntures Incentivadas. (a) A totalidade dos recursos obtidos foram aplicados em conformidade com a escritura; e (b) Considera-se no custo da 2ª série, o custo da ponta passiva do *swap*. As emissoras das debêntures incentivadas, conforme o artigo 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, alterada pelo Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, tem como obrigatoriedade aplicar a totalidade dos recursos captados nas emissões das debêntures no custeio das despesas já incorridas e/ou a incorrer relativas aos projetos enquadrados junto ao MME - Ministério de Minas e Energia. A finalidade das debêntures incentivadas é captar recursos destinados a projetos de infraestrutura e todos os recursos obtidos foram utilizados pela Companhia para esse fim. **16.4 *Covenants* das debêntures:** As debêntures contratadas pela Companhia possuem *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de debêntures da Companhia:

***Covenants* debêntures**	**1ª debêntures**
1ª Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos contratos. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições ora acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia manteve-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados nos contratos. **17. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos: 17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferido:** O imposto de renda é calculado com alíquota de 25%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social pela alíquota de 9%, sendo oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e diferenças temporárias. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração concluiu os estudos de recuperabilidade dos seus créditos fiscais com base em projeções provenientes do seu planejamento estratégico e considera que serão realizados à medida em que as provisões forem realizadas e na realização de eventos futuros, ao longo do período da concessão. Dessa forma, os tributos diferidos estão dispostos, conforme apresentação abaixo:

	2024	2023
Créditos ativos de:		
Prejuízo fiscal	233.751	229.983
Base negativa	99.071	78.079
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	60.961	55.287
PECLD	15.390	9.942
Custo de Construção - CPC 47	193	192
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	33	26
Provisão para participação nos lucros	1.946	2.059
Ajuste a valor presente	15.712	17.999
Provisão atuarial	76.191	72.465
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	29.045	29.045
Variação *Swap*	–	11.221
Outras diferenças temporárias	16.647	22.972
Total ativo fiscal diferido	216.118	221.208
Diferenças temporárias:		
Reversão para perda de estoque	(3.068)	(3.252)
Atualização do ativo financeiro VNR	(13.567)	(12.373)
Variação SWAP	(57.901)	–
Total passivo fiscal diferido	(74.536)	(15.625)
Total tributo diferido ativo	474.404	513.645

17.2 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferido:

2024	2023	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Baixas	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízo fiscal	229.983	6.505	–	(2.737)	233.751	233.751	–
Base Negativa de CSLL	78.079	21.977	–	(985)	99.071	99.071	–
Provisão para riscos judiciais	55.287	5.674	–	–	60.961	60.961	–
PECLD	9.942	5.448	–	–	15.390	15.390	–
Provisão para participação nos lucros	2.059	(113)	–	–	1.946	1.946	–
Provisão atuarial	72.465	618	3.108	–	76.191	76.191	–
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	29.045	–	–	–	29.045	29.045	–
Custo de Construção - CPC 47	192	1	–	–	193	193	–
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	26	7	–	–	33	33	–
Ajuste a valor presente - AVP	17.999	(2.287)	–	–	15.712	15.712	–
Atualização do ativo financeiro VNR	(12.373)	(1.194)	–	–	(13.567)	–	(13.567)
Variação *Swap*	11.221	(82.115)	12.993	–	(57.901)	–	(57.901)
Provisão para perda de estoque	(3.252)	184	–	–	(3.068)	–	(3.068)
Outras diferenças temporárias	22.972	(6.325)	–	–	16.647	16.647	–
Total	513.645	(51.620)	16.101	(3.722)	474.404	548.940	(74.536)

2023	2022	Reconhecimento no resultado	Resultados abrangentes	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	245.268	(15.285)	–	229.983	229.983	–
Base Negativa de CSLL	88.296	(10.217)	–	78.079	78.079	–
Provisão para contingências	55.282	5	–	55.287	55.287	–
PECLD	4.495	5.447	–	9.942	9.942	–
Provisão para participação nos lucros	2.679	(620)	–	2.059	2.059	–
Provisão atuarial	31.331	5.328	35.806	72.465	72.465	–
Ativo imobilizado em curso ressarcível (AIC)	33.450	(4.405)	–	29.045	29.045	–
Custo de Construção - CPC 47	192		–	192	192	–
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	23	3	–	26	26	–
Ajuste a valor presente - AVP	19.990	(1.991)	–	17.999	17.999	–
Atualização do ativo financeiro VNR	(10.317)	(2.056)	–	(12.373)	–	(12.373)
Variação *Swap*	2.686	9.235	(700)	11.221	11.221	–
Provisão para perda de estoque	–	(3.252)	–	(3.252)	–	(3.252)
Outras diferenças temporárias	28.608	(5.636)	–	22.972	22.972	–
Total	501.983	(23.444)	35.106	513.645	529.270	(15.625)

17.3 Expectativa de recuperação - Ativo fiscal diferido: Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração estima que a realização dos créditos fiscais possa ser feita até 2034, conforme demonstrado abaixo:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Impostos de renda e contribuição social diferidos a realizar	43.860	47.115	56.564	53.291	348.110	548.940

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta o saldo de R$ 548.940 a realizar de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais, base negativa e ajustes temporários, que correspondem a R$ 233.751, R$ 75.448 e R$ 216.120, respectivamente. **17.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está demonstrada a seguir:

	2024 IRPJ	2024 CSLL	2023 IRPJ	2023 CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e da CSLL	367.143	367.143	412.096	412.096
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(91.786)	(33.043)	(103.024)	(37.089)
Outras adições (reversões) permanentes	1.405	559	8.874	3.818
Incentivo PAT	760	–	999	–
Incentivo prorrogação licença maternidade	102	–	3	–
IRPJ Subvenção Governamental	59.752	–	78.696	–
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	8.048	916	7.779	4.693
IRPJ e CSLL correntes/diferido no resultado	(21.719)	(31.568)	(6.673)	(28.578)
Alíquota efetiva com ativo fiscal diferido	6%	9%	2%	7%
Imposto Corrente	6.881	(8.548)	7.335	(19.142)
Imposto Diferido	(28.600)	(23.020)	(14.008)	(9.436)

18. Dividendos a pagar: Conforme o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. (i) Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	313.856	376.845
(–) Constituição de incentivo fiscal	(59.752)	(78.696)
(–) Reserva legal	(12.705)	(14.907)
Lucro líquido ajustado	241.399	283.242
Dividendos mínimos obrigatórios	(60.349)	(70.810)
Dividendos intermediários	–	–
Dividendos adicionais propostos - nota explicativa 21.2 Reserva de Lucros	(168.784)	(156.779)
Juros sobre o capital próprio	–	(30.100)
Realização do AIC	(12.266)	(25.553)
Dividendos propostos	(241.399)	(283.242)

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	69.481
Dividendos mínimos distribuídos	48.700
Dividendos intermediários distribuídos	70.810
Pagamento de dividendos	30.100
Realização da reserva de lucros a realizar	(4.515)
Pagamentos de dividendos	(117.992)
Reserva de lucros a realizar	8.750
Saldo em 31 de dezembro de 2023	105.334
Dividendos adicionais distribuídos de 2023 (a)	**173.581**
Dividendos mínimos distribuídos	**60.349**
Pagamento de dividendos	**(278.585)**
Realização da reserva de lucros a realizar	**2.480**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**63.159**

(a) Em 26 de abril de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve aprovação da distribuição de dividendos adicionais no montante de R$ 173.581, o qual é composto pelo dos dividendos adicionais com base no lucro em 31 de dezembro de 2023. **19. Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados:** A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações da gerência jurídica, analisa as demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2024 Provisão	2024 Depósitos vinculados	2023 Provisão	2023 Depósitos vinculados
Cíveis	105.259	10.285	108.820	15.937
Tributárias	35.037	9.734	23.352	20
Trabalhistas	25.722	13.681	30.436	13.077
Regulatório	3.356	2.027	3.029	1.889
Total	169.374	35.727	165.637	30.923
Circulante (a)	9.420	336	11.566	494
Não circulante	159.954	35.391	154.071	30.429

(a) Os valores classificados no ativo circulante referem-se a alvarás judiciais já obtidos em favor da Companhia, cujos depósitos ou penhoras judiciais feitas anteriormente, sendo a expectativa de recebimento dentro dos próximos 12 meses.

19.1 Movimentação dos riscos no exercício:

2023	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	2024 Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	108.820	13.871	(20.436)	(4.571)	7.575	105.259
Tributárias	23.352	9.713	–	(17)	1.989	35.037
Trabalhistas	30.436	4.333	(11.065)	(931)	2.949	25.722
Regulatórios	3.029	–	–	–	327	3.356
Total	165.637	27.917	(31.501)	(5.519)	12.840	169.374

2022	Saldo inicial	Adições	Utilização (1)	2023 Reversão de provisão (2)	Atualização (3)	Saldo final
Cíveis	107.979	12.032	(11.167)	(5.231)	5.207	108.820
Tributárias	21.237	–	(2)	–	2.117	23.352
Trabalhistas	33.376	4.865	(8.153)	(2.591)	2.939	30.436
Regulatórios	2.680	–	–	–	349	3.029
Total	165.272	16.897	(19.322)	(7.822)	10.612	165.637

(1) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais; **(2)** Reversões realizadas no exercício, refere-se a horas extras, auxílio alimentação, quebra de contrato, e cobrança indevida; e **(3)** Atualizações e/ou reversões de monetárias de atualizações mensais, (no grupo de despesas financeiras). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Adicionalmente, a Companhia possui processos em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível, não requerendo a constituição de provisão. O total dos referidos processos está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Cíveis (a)	258.005	335.818
Fiscais (b)	534.557	496.581
Trabalhistas	48.414	44.233
Total	840.976	876.632

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos: **19.2 Cíveis:** A Companhia figura como ré em 5.934 processos cíveis em 31 de dezembro de 2024 (5.824 em 31 de dezembro de 2023). Destes, 5.745 processos são avaliados como prováveis, no montante de R$ 105.259 (R$ 108.820 em 31 de dezembro de 2023). Os processos cíveis mais significativos envolvem ações indenizatórias que questionam falha no fornecimento, adequação de rede de distribuição, morte por descarga elétrica, e danos decorrentes da rescisão de contratos com fornecedores.

Contingências cíveis (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	25.872	28.119
Morte por eletroplessão	23.901	23.487
Cobrança indevida	4.424	5.955
Fraude questionada	3.714	4.202
Geração Distribuída	2.206	1.201
Corte indevido	893	1.374
Acidente com terceiros	4.219	4.004
Falha no atendimento	1.594	1.496
Quebra de contrato	11.895	12.822
SPC/SERASA	1.938	2.643
Portaria do DNAEE	–	69
Acidente com animais	1.152	1.182
Servidão de passagem	709	664
Adequação de Rede de Distribuição	20.411	18.897
Outras	2.331	2.705
Total	105.259	108.820

Além dos processos provisionados, existem 168 processos cíveis (184 processos em 31 de dezembro de 2023) processos cíveis cuja probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 258.005 (R$ 335.818 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão. Destacam-se as ações cíveis por quebra de contrato, falha no fornecimento e cobrança indevida, que acumulam o saldo de R$ 223.592 (R$ 280.400 em 31 de dezembro de 2023).

Contingências cíveis (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Falha no fornecimento	57.621	53.397
Adequação de rede	847	786
Licitação	18.433	17.337
Quebra de contrato	144.398	134.053
Cobrança indevida	21.574	19.423
Corte indevido	539	3.264
Recadastramento iluminação pública	4.808	4.734
Portaria da DNAEE	–	92.950
Outras	9.785	9.874
Total	258.005	335.818

Dentre os processos possíveis, um dos principais processos discute eventual descumprimento contratual, com objetivo de recebimento de indenização. O montante estimado é de R$ 125.602. O processo foi julgado favoravelmente à Equatorial, sendo reconhecida a total improcedência dos pleitos e está aguardando a certificação do trânsito em julgado da decisão. A demanda refere-se a contrato firmado e encerrado, ainda sob a gestão da Eletrobrás. **19.3 Tributárias:** A Companhia figura como ré em 269 processos fiscais em 31 de dezembro de 2024 (500 em 31 de dezembro de 2023), destes 20 processos são avaliados como prováveis, no montante de R$ 35.037 (R$ 23.352 em 31 de dezembro de 2023). Os processos mais significativos envolvem demandas de auto de infração por suposta falha no recolhimento de ICMS no fornecimento elétrico durante determinado período e processo referente a autorregularização de PIS/COFINS. A Companhia realizou um depósito judicial no valor de R$ 9.713 referente aos impostos PIS/COFINS na apuração de fevereiro de 2024. Por meio de um Mandado de Segurança foi solicitado a aplicação da regulamentação da Instrução Normativa nº 2.168 de 28 de dezembro de 2023, com o objetivo de recuperar 50% desse valor (em caixa) e compensá-lo com prejuízo fiscal. No entanto, não houve decisão até a data de vencimento do tributo.

Contingências fiscais (prognóstico provável de perda)	2024	2023
ISS	30	28
ICMS	25.279	23.277
PIS/COFINS	9.713	–
CIP	3	3
Outras	12	44
Total	35.037	23.352

Além dos processos provisionados, há 222 processos (450 processos em 31 de dezembro de 2023) cuja possibilidade de perda é avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 534.557 (R$ 496.581 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foi constituída provisão.

Contingências fiscais (prognóstico possível de perda)	2024	2023
PIS e COFINS	123	115
ISS	12.398	11.561
ICMS (a)	456.663	403.107
IPTU	12	11
COBRANÇA INDEVIDA	37.903	34.346
CSLL/PIS e COFINS	1.277	1.173
ICMS, TUSD e TUST	705	663
Multa por infração	17.420	15.665
CIP	51	83
Outras	8.005	29.857
Total	534.557	496.581

(a) Referem-se a demandas como autos de infração por suposta falha no recolhimento de ICMS no fornecimento elétrico, durante determinado período ou ações que questionam a cobrança do ICMS incidente sobre as faturas de energia. A maior parte das demandas tem fato de origem conciliado à época da gestão estatal, e, conforme prognóstico de perda possível, não foram constituídas provisões. **19.4 Trabalhistas:** O passivo trabalhista em 31 de dezembro de 2024 é composto por 699 reclamações ajuizadas (711 reclamações em 31 de dezembro de 2023) por ex-empregados contra a Companhia. Destes, 242 processos são avaliados como prováveis, no montante de R$ 25.722 (R$ 30.436 em 31 de dezembro de 2023) com pedidos que variam entre horas extras, auxílio alimentação, contratação por concurso público, adicional de periculosidade, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), verbas rescisórias, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias. Dos processos trabalhistas existentes, constam ações coletivas ajuizadas tanto pelo Ministério Público do Trabalho, quanto pelo Sindicatos representantes das categorias dos empregados.

Contingências trabalhistas (prognóstico provável de perda)	2024	2023
Responsabilidade subsidiária	356	171
Doença ocupacional/profissional	1.666	1.777
Acidente de trabalho	383	359
Horas extras	8.285	10.079
Gratificação	188	29
Reajuste salarial	157	146
Auxílio alimentação	4.385	5.733
Diferença salarial	781	725
Concurso público	1.810	3.043
FGTS	95	166
Plano de saúde	63	103
Verbas rescisórias	579	660
Seguro de Vida	361	509
Reintegração no emprego	399	466
Danos morais	715	517
Outras	5.499	5.953
Total	25.722	30.436

Além dos processos provisionados conforme demonstrado anteriormente, existem 424 processos trabalhistas (396 processos em 31 de dezembro de 2023), cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 é avaliada pela Administração como possível, com base na avaliação da gerência jurídica, no montante de R$ 48.414 (R$ 44.233 em 31 de dezembro de 2023) para as quais não foram constituídas provisões.

Contingências trabalhistas (prognóstico possível de perda)	2024	2023
Reflexos plano Bresser	2.634	2.457
Horas extras	20.304	22.455
Responsabilidade Subsidiária	8.350	2.724
Acidente de trabalho	4.714	2.785
Doença ocupacional	347	359
Reintegração no emprego	90	82
Auxílio alimentação	783	774
FGTS	89	83
Plano de saúde	173	217
Equiparação salarial	97	90
Verbas rescisórias	339	270
Gratificação	858	1.844
Periculosidade	196	415
Danos morais	4.707	4.606
Anuênio	755	1.031
Outras	3.978	4.041
Total	48.414	44.233

20. PIS e COFINS a serem restituídos a consumidores: Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) publicou o Acórdão do julgamento do Recurso Extraordinário, em sede de repercussão geral, de forma favorável à tese da Companhia, que também obteve decisão judicial favorável com trânsito em julgado em 22 de julho de 2019. Em maio de 2021, o STF julgou embargos de declaração opostos contra o acórdão do Recurso Extraordinário nº 574.706/PR, acolhendo-os em parte para (i) modular os efeitos da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, devendo se dar após 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais e requerimentos administrativos protocoladas até (inclusive) 15 de março de 2017; e (ii) o ICMS a ser excluído da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS é o destacado nas notas fiscais, e não o efetivamente pago. A partir de 2019 a Companhia constituiu saldo ativo referente a PIS/COFINS a recuperar e passivo relativo ao ressarcimento a seus consumidores, bem como as deduções da receita bruta, referente ao PIS/COFINS e a receita financeira, onde também incidiu PIS/COFINS. Dessa forma, o ativo contempla créditos com a Receita Federal desde o ingresso da ação. E o passivo foi constituído considerando que a Companhia repassa integralmente aos seus consumidores os efeitos tributários incidentes sobre as faturas de energia elétrica. Os saldos ativos estão sendo compensados via PERDCOMP e, a partir de 2021, os saldos passivos, amortizados via CVA, em atendimento a nota técnica nº 9/2021- FF/SGT/SRM/SMA/ANEEL, conforme movimentação apresentada na nota explicativa nº 8 - Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros. Os montantes, que devem ser amortizados, são determinados na homologação dos processos de reajuste e revisão tarifária, que ocorrem a cada ciclo (ver nota explicativa nº 4.3 - Revisão Tarifária Periódica (RTP) 2024, sendo que estes saldos são classificados e movimentados no passivo circulante. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, ocorreram as seguintes movimentações: a Companhia registrou um complemento passivo no montante de R$ 1.655, com efeito no resultado de R$ 159 e um complemento no ativo de R$ 1.734, decorrente da revisão do crédito. Adicionalmente, houve amortização do passivo via CVA de R$ 25.

	2024	2023
Ativo		
Circulante	27.909	26.016
PIS e COFINS a recuperar	27.909	26.016
Passivo		
Circulante	–	25
Não circulante	156.802	155.147
PIS e COFINS consumidores a restituir	156.802	155.172

21. Patrimônio líquido: 21.1 Capital social: O capital social autorizado da Companhia é de R$ 2.500.000 e o capital subscrito e integralizado é de R$ 605.780 (R$ 605.780 em 31 de dezembro de 2023), correspondente a um total de 2.137.013.648 (dois bilhões, cento e trinta e sete milhões, treze mil, seiscentos e quarenta e oito) ações, divididas em 2.099.703.965 (dois bilhões, noventa e nove milhões, setecentos e três mil, novecentos e sessenta e cinco) ações ordinárias e 37.309.683 (trinta e sete milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e oitenta e três) ações preferenciais, nominativas, sem valor nominal e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

Acionistas	2024 Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	%
Equatorial S.A.	1.626.122.139	27.212.705	1.653.334.844	77,37%
Equatorial Energia Distribuição S.A.	398.943.753	7.088.840	406.032.593	19,00%
Minoritários	74.638.073	3.008.138	77.646.211	3,63%
Total	2.099.703.965	37.309.683	2.137.013.648	100%

Em 21 de dezembro de 2023, conforme ata da Reunião do Conselho de Administração da Equatorial S.A., a Controladora aprovou a transferência de 398.943.753 (trezentos e noventa e oito milhões, novecentas e quarenta e três mil, setecentas e cinquenta e três) ações ordinárias e 7.088.840 (sete milhões, oitenta e oito mil, oitocentas e quarenta) ações preferenciais, representativas de 19% do capital social total da Companhia, de titularidade da Equatorial S.A., para a Equatorial Energia Distribuição S.A.

21.2 Reservas de lucros:

	Nota	2024	2023
Reserva legal	(a)	40.510	27.805
Reserva de incentivos fiscais	(b)	200.242	140.490
Dividendos adicionais propostos	(c)	168.823	173.581
Reserva estatutária de reforço de capital de giro	(c)	467.367	467.406
Reserva de lucros a realizar	(d)	60.511	62.991
Total		937.453	872.273

(a) Reserva legal: É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, a reserva legal da Companhia é de R$ 40.510 (R$ 27.805 em 31 de dezembro de 2023). O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, reduz a base de cálculo da reserva legal. **(b) Reserva de incentivos fiscais:** É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R$ 200.242 (R$ 140.490 em 31 de dezembro de 2023). **(c) Reserva de dividendos adicionais propostos:** Em 26 de março de 2025, em Reunião de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi aprovada a distribuição da integralidade da reserva no montante de R$ 168.784, oriundos da reserva de dividendos adicionais propostos. Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo da reserva de dividendos adicionais propostos é R$ 168.823 (R$ 173.581 em 31 de dezembro de 2023). **(d) Reserva estatutária de reforço de capital de giro:** Esta reserva destina-se a registrar o saldo do lucro líquido do exercício após as deduções previstas em lei, o dividendo prioritário das ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório previsto. O valor total dessa reserva não excederá 100% (cem por cento) do capital social da Companhia. Atingido esse limite ou a qualquer tempo, a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria Executiva, ouvido o Conselho de Administração, poderá distribuir dividendos ou pagar juros sobre o capital próprio à conta da reserva estatutária de reforço de capital de giro ou destinar seu saldo, total ou parcialmente, para aumento de capital, inclusive com bonificação em novas ações. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R$ 467.367 (R$ 467.406 em 31 de dezembro de 2023). **(e) Reserva de lucros a realizar:** Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo desta reserva é de R$ 60.511 (R$ 62.991 em 31 de dezembro de 2023). **21.3 Planos de opção de compra de ações:** A Companhia instituiu Planos de opção de compra de ações aos colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo"), que representam, direitos de compra de ações emitidas por empresas do mesmo grupo econômico, mas não da Companhia. Os planos de opção do Grupo são classificados como instrumento patrimonial, visto que as Companhias devem mensurar e reconhecer a transação com correspondente aumento do seu patrimônio líquido como contribuição (aporte) da Equatorial S.A. Conforme item 8, do CPC 10 (R1), os produtos ou serviços recebidos ou adquiridos em transação com pagamento baseado em ações que não se qualifiquem para fins de reconhecimento como ativos, devem ser reconhecidos como despesa do exercício. Esses planos são administrados pelo Conselho de Administração da Equatorial S.A., por intermédio de um Comitê de Pessoas, Governanças e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável e são compostos da seguinte forma: **(i) Quinto Plano de Opção de Compra de Ações:** No dia 22 de julho de 2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária (AGE), os acionistas da Equatorial aprovaram a criação do Quinto Plano de Opções de Compra de Ações da Equatorial ("Plano"). O Plano busca estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Equatorial S.A. e suas subsidiárias e alinhar os interesses dos acionistas da Controladora e suas subsidiárias aos das pessoas elegíveis. Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

3º Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis	4º Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis
17/12/2020	487.500	17/12/2020	487.500
17/12/2021	487.500	17/12/2021	487.500
17/12/2022	487.500	17/12/2022	487.500
17/12/2023	487.500	17/12/2023	487.500
	1.950.000		1.950.000

7º Outorga *Vesting Date*	Opções exercíveis
02/08/2024	17.500
02/08/2025	17.500
02/08/2026	17.500
02/08/2027	17.500
	70.000

O Preço de Exercício das Opções outorgadas nos termos do Plano será determinado pelo Comitê de Administração do Plano, com base na média da cotação das Ações da Equatorial S.A. na B3, ponderada pelo volume de negociação, nos 60 pregões anteriores que antecederem a Data de Outorga. As ações do Plano serão aquelas mantidas em tesouraria, adquiridas em programa de recompra, ou a serem emitidas. O valor das opções é estimado na data da outorga, com base no modelo "*Black & Scholes*" de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos. As informações utilizadas na avaliação dos valores justos na data da outorga do